DOI 10.22478/ufpb.2317-6725.2026v31.79622

Promaucae, araucano, *reche*: classificações hispânicas de populações indígenas durante as guerras de conquista do Chile (XVI-XVII)

Promaucae, Araucano, Reche: Hispanic classifications of indigenous populations during the wars of conquest in Chile (16th-17th Centuries)

Erick Matheus Bezerra Mendonça Rodrigues
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6678-2250
Universidade Federal de Campina Grande

Resumo: A conquista hispânica trouxe, na esteira das suas façanhas e tragédias, o ímpeto de conhecer e controlar. Enquanto o controle era afirmado por diversas técnicas que iam desde a guerra aberta à evangelização cristianizadora, a obtenção de conhecimentos estava atrelada ao ordenamento epistemológico das novas realidades humanas e naturais descobertas. Conquistar significava, também, submeter e organizar as terras e gentes conquistadas a uma lógica de exploração e domínio. Levando em conta essa conjuntura, nosso intuito é analisar as formas classificatórias impostas às populações indígenas nas décadas primordiais da conquista e ocupação espanholas do Chile, e as eventuais continuidades ou rupturas dentro dessas categorias no decorrer da turbulenta passagem para o século XVII, perscrutando um conjunto documental variado, formado por crônicas, poemas épicos, cartas e documentação oficial. Fundamentados nos estudos historiográficos e etno-históricos, buscamos evidenciar as formas de pensar e classificar os povos originários em um momento de intensas relações bélicas entre espanhóis e indígenas, aclarando, quiçá, como se iniciou um processo de etnificação dentro do dito *Reino de Chile* por meio da produção de identidades exógenas. Por fim, destacamos que tal ação obedecia a uma lógica forânea, atrelada a um projeto de expansão territorial dos espanhóis no *Nuevo Extremo*.

Palavras-chave: conquista, indígenas, Chile, expansão territorial, espanhóis.

Abstract: The Spanish conquest brought with it, in the midst of its exploits and tragedies, the impetus to know and control. While control was asserted through various techniques ranging from open warfare to Christian evangelization, the acquisition of knowledge was linked to the epistemological ordering of the new human and natural realities that had been discovered. Conquering also meant subjugating and organizing the conquered lands and peoples according to a logic of exploitation and domination. Given this context, our aim is to analyze the classificatory frameworks imposed on indigenous populations during the early decades of the Spanish conquest and occupation of Chile, as well as any continuities or ruptures within these categories throughout the turbulent transition to the 17th century, by examining a diverse body of documents, including chronicles, epic poems, letters, and official records. Based on

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

historiographical and ethno-historical studies, we seek to highlight the ways in which indigenous peoples were conceived and classified during a period of intense warfare between the Spanish and the indigenous peoples, perhaps shedding light on how a process of "ethnification" began within the so-called Kingdom of Chile through the construction of exogenous identities. Finally, we emphasize that this action followed an external logic, linked to the Spanish project of territorial expansion in the Nuevo Extremo.

Keywords: conquest, Indigenous peoples, Chile, territorial expansion, Spaniards.

Introdução

O presente texto buscará, primeiramente, fornecer um panorama histórico sobre o processo de conquista e ocupação hispânicas adjunto da consequente resistência indígena no espaço andino meridional denominado de "Chile" pelas fontes históricas coetâneas. Por conseguinte, estabeleceremos os recortes espaço-temporais do estudo que se seguirá, abordando, logo após, a problemática central.

A conquista do chamado *Reino de Chile* iniciou-se com a entrada do *adelantado* Diego de Almagro nas terras do sudoeste andino (1535-1537), feito malogrado que não obteve sucesso em criar urbes ou fixar bases, sobretudo devido à enorme conflagração incaica que se iniciou no Peru no mesmo momento (LORANDI, 2002). A conquista foi então entregue pelo Marquês Pizarro a Pedro de Valdivia, que atravessou o Atacama, em 1540, com um número diminuto de hispânicos e aliados indígenas para fundar Santiago, em 1541, e outras distendidas cidades, como La Serena, ao Norte (1544) e Concepción, ao Sul (1550), às margens do Biobío, evento esse que, em conjunto com a batalha de Andalién, marcou o início da penetração espanhola no território da Araucanía. Lá, os espanhóis fundaram um conjunto de cidades (La Imperial, Valdivia, Villarrica, Angol, Osorno, Cañete etc.) e fortes que seriam por séculos o palco principal da Guerra de Arauco (VENEGAS ESPINOZA, 2014). A resistência indígena, no entanto, bem exemplificada no primeiro levante geral (1553-1557), liderado por Lautaro e Caupolicán, e no segundo levante geral, ocorrido entre os anos de 1598 e 1604, no qual sete cidades espanholas foram ocupadas, abandonadas ou destruídas, temendo-se seriamente o aniquilamento da presença hispânica ao sul do Biobío (GOICOVICH VIDELA, 2006), obstaculizou perenemente a expansão imperial, dando origem a uma zona fronteiriça marcada por uma série de relações ora pacíficas, ora belicosas[1]. O século XVII veria surgir uma nova política denominada "guerra defensiva" (1612-1626), proposta e dirigida pelo jesuíta Luis de Valdivia, pautada na defesa pontual das bases e cidades imperiais e na evangelização e negociação, por meio dos parlamentos, como mecanismos de apaziguação e dominação (DÍAZ BLANCO, 2010). Embora malograda, a "guerra defensiva" foi relevante na instituição de uma política de negociação entre os mundos indígena e espanhol, servindo de parâmetro para outras tentativas de "apaziguamento", como o parlamento de Quillín (1641), realizado pelo governador Marquês de Baides, no qual gestos de força bélica uniram-se à tentativa de estabelecer uma paz negociada duradoura. Ainda assim, ações violentas de

[1] Para uma análise clássica das relações fronteiriças, ver Villalobos *et al.* (1982). Não obstante, muitas perspectivas dentro dos *estudios fronterizos* têm sido repensadas nas últimas décadas. Uma perspectiva crítica à ideia sobredita pode ser encontrada em Foerster y Vergara (1996).

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

escravização e rapina no governo de Antonio de Acuña Cabrera, levadas a cabo principalmente pelos seus cunhados e imediatos, os irmãos Juan e José Salazar, levaram à grande conflagração ocorrida entre os anos de 1655 e 1662 (VELLOSO, 2023), após a qual as relações hispano-mapuches entraram em uma fase de maior latência belicosa. Esse decorrer histórico foi marcado por uma série de tentativas espanholas de enquadrar e categorizar o "outro" indígena com o qual se defrontavam os conquistadores, em um processo contínuo e dinâmico de pensar categorias e expressões que, em virtude da conjuntura histórica, dos conhecimentos adquiridos e dos acontecimentos que os balizavam, fossem capazes de descrever essas populações.

O seguinte artigo almeja analisar um *corpus* documental multiforme, constituído por crônicas, poemas, cartas, atas dos parlamentos hispano-mapuches, cédulas régias e outros tipos diversos de documentação auxiliar. Nesse sentido, o que nos interessa é ver em um apanhado de fontes dos séculos XVI e XVII um panorama: a ação espanhola de classificar populações indígenas e, mais especialmente, a existência de certos *topoi* descritivos na nominação, identificação e categorização dos grupos humanos originários com os quais interagiam os agentes imperiais. Portanto, as fontes convergem não em gênero, mas em objeto. Todas essas categorias classificatórias possuíam nuances e discrepâncias que variavam conjuntamente à experiência histórica dos conquistadores e dos que a eles resistiam, à percepção hispânica do mundo indígena e à capacidade europeia de apreender as idiossincrasias dos povos americanos com os quais se aliavam, comerciavam, lutavam e subjugavam. Quanto ao recorte, utilizaremos uma medida de tempo aproximada à que Boccara definiu como "diagrama soberano", um período que "[...] se caracteriza por la guerra a sangre y fuego y por la paz esporádica" (2005, p. 23), assemelhando-se ao que Villalobos denominou de "etapa de luta" (1995, p. 35), que em sua opinião durou da invasão inicial das forças espanholas à Araucanía, em 1550, ao fim da revolta geral de meados do século XVII, em 1662. O maior enfoque, no entanto, será dado à *etapa de la conquista*, como a nominou Goicovich Videla (2002), distendida entre a infrutífera entrada de Almagro ao Chile, em 1536, e o assassinato do governador Martín García Óñez de Loyola, em 1598, evento que iniciou a maior das guerras coloniais chilenas, interpondo um empecilho duradouro ao ímpeto da expansão ibérica na direção do Estreito de Magalhães, uma ambição antiga e jamais realizada. Como pode ser visto, independentemente da delimitação elencada, tais recortes enfatizam a perenidade da guerra ou ao menos das ações belicamente orientadas, embora devamos ser cuidadosos ao adotar tais delimitações de forma acrítica, reconhecendo que os demais séculos de domínio colonial também tiveram suas parcelas de conflito e violência inerentes a um quadro de ocupação territorial e uso sistemático de mão de obra forçada, embora já não tão prenhes de enormes conflagrações e combates quanto seus predecessores[2]. Portanto, nosso objetivo basilar é identificar, dentro de um período profundamente conflitivo das relações entre espanhóis e indígenas, determinadas formas hispânicas de definir, categorizar e classificar os agrupamentos populacionais que estavam defronte ao seu processo de expansão territorial.

[2] Sobre o aspecto relativo desse cenário belicamente amenizado, ver Casanova Guarda(1987), Gándara (2016) e León Solís (1990).

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

Império, conquista e classificações: tendências de classificação do Novo pelo Velho Mundo

A seguir, discorreremos sobre uma conjuntura histórica fundamental para a análise da temática estabelecida: a lógica de dominação e de ordenamento (político, epistemológico, laboral, religioso etc.) dos espaços e grupos humanos subjugados e interpelados pela expansão espanhola. Nesse sentido, buscar-se-á entender a inclinação ibérica a categorizar as populações da América, relacionando esse fator aos desígnios imperiais e às formas estabelecidas de produzir conhecimentos sobre o mundo.

É preponderante notar que o rápido espraiamento do império espanhol pelo mundo, ao mesmo tempo que engrandecia a coroa de Castela, confrontou-a com uma miríade de novas realidades que, aos olhos dos que conquistavam, apareciam de forma sub-reptícia, como sugeria o cronista Gonzalo Fernandez de Oviedo: "[...] descubrió el almirante [...] este Nuevo Mundo ó parte grandíssima del, olvidada en el universo: la cual después [...] mas largamente se há sabido é descubierto, para mayor amplitude de su monarchia" (OVIEDO, 1851, p. 51). Os ibéricos trataram então de pensar, analisar e categorizar a natureza e as formas humanas encontradas. Neste jogo de definições engendrado pelos conquistadores europeus durante a conquista do Novo Mundo, entreveem-se alguns fatores muito importantes, alguns já delineados e outros que melhor o serão nas páginas a seguir: primeiro, percebe-se que as nominações flutuam entre formas generalistas e particulares, criadas a partir do aprofundamento dos contatos interculturais entre os grupos imersos na conquista e nos seus desdobramentos; depois, notar-se-á que as definições hispânicas serão engendradas sobretudo a partir de dois fatores fundamentais, a saber, o espaço, usado como baliza identitária, e a alteridade (principalmente de língua e de costumes), seja a que emerge da relação entre o "espanhol" e o "índio", seja a que este primeiro evidencia e delineia para diferenciar um tipo indígena de outro. Quanto a esse último ponto, pode-se muito bem recorrer ao que Hartog denominou de "retórica da alteridade", um processo narrativo que se propõe a contar, delimitar, moldar e projetar o outro a partir de um enunciante oral, gráfico ou escrito: "Decir el otro es postularlo como diferente, es postular que existen dos términos, *a* y *b*, y que *a* no es *b*" (2003, p. 207). Esses textos que contam o "outro" são produtos de uma experiência e de uma tradição, sendo, por isso, mecanismos de poder; um poder de representar os povos, o espaço, a natureza e a cultura que os interliga, um poder que buscou moldar a figura do "índio"[3], seja para instituí-lo como tal, seja para distingui-lo dos demais povos do mundo, ligando-o representativamente a um signo linguístico, uma identidade que provinha do universo de conhecimentos comuns da Europa moderna e da experiência histórica desses sujeitos, experiência transformada em conhecimento a partir do seu substrato epistemológico (GERBI, 1992). Por conseguinte, notemos que o delineamento de sujeitos e grupos teve protagonismo na formação do mundo colonial. Observando os caminhos pelos quais os textos coloniais produziram o "selvagem", *a priori* pela caracterização (classificação) e *a posteriori* pela essencialização (identidade exógena), Kiening arguiu que "Povos estranhos são caracterizados em primeira instância pelas negações (ausências de cultura) [...] então,

[3] O termo "índio" nasceu primeiro como uma identificação geográfica para tão logo se tornar um distintivo cultural e uma condição jurídica aplicada a uma categoria social, engendrando uma espraiada identidade imposta dentro de uma conjuntura colonial, chegando nos séculos XVIII-XIX, com a emergência do pensamento dito científico e das formas modernas de segmentar o humano, à categoria de emblema racial e civilizacional. Sobre o assunto, ver Bonfil Batalla (2023) e Ramírez Zavala (2011).

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

também através de positividades (especificidades dos mundos de vida estranhos)" (2015, p. 115). Percebamos, portanto, que as definições coloniais nominativas que estipulavam sujeitos e populações como índios, índios do Chile, *promaucaes*, araucanos, *huilliches* etc., embora oriundas de uma experiência espanhola com o mundo indígena (ou seja, carregando, por vezes, vocábulos nativos e verossimilhanças com as formas locais), eram pensadas primeiramente por meio das estruturas cognoscentes vindas de uma tradição ibérico-ocidental, embebida, por sua vez, pela efervescência intelectual do momento e pelos ditames das formas políticas comuns aos conquistadores.

A conquista da América iniciou um período de profunda reordenação no universo de saberes europeus. Para os sujeitos inseridos nas dinâmicas de exploração, dominação e ocupação, a construção de uma ordem inteligível que explicasse a natureza e as populações humanas era, então, imprescindível para a construção de uma nova dinâmica imperial. Os padres e conquistadores, soldados e aventureiros, funcionários reais e mercenários que se deram ao trabalho de contar as experiências de conquista e de colonização das novas terras, e que passaram a categorizar as populações nativas desses rincões, estavam inseridos em uma atmosfera que, como propôs Portuondo (2010), buscava avidamente estruturar uma nova forma de entender e interpretar o fenômeno do "Novo Mundo"[4], desejo oriundo de um momento de profícuo desenvolvimento intelectual que engendrou uma reorganização dos fundamentos cosmológicos da Europa a partir dos contatos do Velho Mundo com o Novo[5], e, para ilustrá-lo, bastar-nos-á, por ora, as palavras do padre José de Acosta, escritas na sua *Historia Natural y Moral de las Indias* (1590), obra na qual o jesuíta dedicou-se a desvendar incógnitas da natureza e da humanidade americanas, tanto quanto em descrever parte da história humana daquela "quarta parte do mundo" (O'GORMAN, 1992). É em tal empreitada que, após sugerir a origem do homem americano através de uma ocupação terrestre das Américas, Acosta reconhece a variedade na unicidade dos chamados "índios", afirmando que seus antepassados "[...] vinieron por discurso de tempo a henchir las tierras de Indias de tantas naciones, y gentes, y lenguas" (ACOSTA, 1894, p.97). Este movimento dúbio do intelecto europeu de homogeneizar e heterogeneizar os povos indígenas americanos manteve-se perenemente e, quiçá, é ainda questão irresoluta (MARTÍNEZ C., GALLARDO P. e MARTÍNEZ B., 2002).

Politicamente, os espanhóis eram partícipes de um império que se fortalecia com a expansão e que abarcava diversos reinos, repúblicas e outros potentados (GLOËL, 2014), encabeçado por uma "monarquia compósita" (ELLIOTT, 1992), marcada pela multiplicidade de súditos e de Estados que, em virtude disso, necessitavam ser identificados e categorizados dentro da sua relação com *El Rei*. O valor da identificação dos súditos aparece muito nítido em um famoso documento, a *real cédula* instituída pelo Conselho das Índias, em 1577, para proceder com as *Relaciones Geográficas de Indias*, o maior inventariado das coisas do Novo Mundo até então produzido e que tinha como objetivo "[...] mejor poder acudir a su buen

[4] "Nowhere was the determination to create a new framework to explain the reality of the New World more steadfast than in sixteenth-century Spain" (PORTUONDO, 2009, p. 1).

[5] Para se aprofundar no tema, ver a análise de Barrera-Osorio (2006) sobre o surgimento de métodos empíricos institucionalizados para a obtenção de conhecimentos sobre o Novo Mundo na Espanha do século XVI. Sobre as formas de apropriação dos saberes nativos e seus usos no aumento do conhecimento europeu sobre o mundo, ver Nieto Olarte (2009).

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

Gobierno [...]" (SOLANO [ed.], 1988, p. 79)[6], pedindo, para tal, entre outros elementos, que os apoderados responsáveis informassem "[...] en lengua de indios el nombre del dicho pueblo de indios, y porque se llama así [...] y como se llama la lengua, como eran en tiempo de su gentilidad, y el señorío que sobre ellos tenían sus señores [...]" (SOLANO [ed.], 1988, p. 83), ou seja, pedindo para que as autoridades coloniais classificassem, categorizassem e identificassem quem eram os indígenas e seus respectivos senhores que agora constavam como súditos de Filipe II, ação oriunda daquilo que Gil Pujol definiu como "[...] la concepción organológica y corporativa, de raíz aristotélica y estamental, que presidia la cultura jurídico-política imperante" (2012, p. 72). Dessa forma, propomo-nos a, nas próximas páginas, fazer um apanhado de como, no Reino do Chile, os conquistadores e outros agentes espanhóis contribuíram para impor, propor e consolidar formas diversas de categorizar os povos e culturas indígenas com quem interagiam por meio da conquista, de trocas comerciais e de outra gama de relações ditas coloniais. Resta-nos, por conseguinte, convergir com a afirmação de John Monteiro, observando a existência de "[...] uma relação intrínseca entre a classificação étnico-social imposta pela ordem colonial e a formação de identidades étnicas" (2001, p. 58). Vejamos, a seguir, como esses artífices de nomes utilizaram-se sobretudo de marcos espaciais, de traços culturais (*costumbres, maneras, modos*) e das diferenças linguísticas para estipular diferenciações e construir categorias políticas, sociais e identitárias dentro do multifacetado universo indígena com o qual se chocavam.

Entre o genérico e o específico: formas primordiais de categorização dos povos indígenas do *Reino de Chile* (XVI)

Veremos, à frente, as formas primevas de classificação dos povos indígenas que viviam no Chile levadas a cabo pelos primeiros conquistadores e cronistas que adentraram, a partir de meados do século XVI, esse rincão austral do Novo Mundo. No decorrer do texto, perceber-se-á uma tendência a encontrar, nos documentos, uma variação entre fatores generalizantes e singularizantes aplicados às realidades populacionais originárias, além dos variados usos provindos das designações elencadas.

Ao consolidar o poderio das suas forças nos vales transversais do que se denominou como *Reino de Chile*, Pedro de Valdivia, experiente conquistador que recebera dos Pizarro a prerrogativa de capitanear tal expedição, chegando à região em 1540 e assentando Santiago em 1541, almejando triunfar onde Diego de Almagro falhara, ufanava-se ao imperador Carlos V, o rei Habsburgo da Espanha, sobre os seus trabalhos de conquista e seu manejo das comunidades indígenas locais: "[...] lo comienzo a poner en orden tomando a los principales caciques sus indios, haciendo como mejor puedo para que no se disipen los naturales que hay, y se perpetue esta tierra" (MEDINA [ed.], 1929, p. 44-45)[7]. Sem o discernimento das minúcias locais, o governador, morto em 1553 na batalha de Tucapel, utilizava-se de termos vagos e categorias generalistas como *indios* e *naturales* para delimitar o outro indígena, optando por, para fins de divisão de *encomiendas*, distribuir a força de trabalho nativa tendo como crivo o pertencimento a certo "cacicado". Vê-se o mesmo ocorrer em outro momento.

[6] *Cédula, instrucción y memoria para la formación de las relaciones y descripciones de los pueblos de Indias, San Lorenzo, 25 de mayo de 1577*.
[7] *Al Emperador Carlos V – La Serena, 4 de septiembre de 1545.*

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

Em 1551, após fundar a cidade de Concepción del Nuevo Extremo e adentrar nas terras araucanas, Valdivia dava conta, em carta ao imperador, de como procedera após suas primeiras vitórias: “Luego repartí todos los caciques que hay del río para acá, sin dar ninguno de los de otra parte, para sus *lebos*, cada uno de su nombre, que son como apelidos y por donde los indios reconoscen la sugectición a sus superiores [...]” (MEDINA [ed.], 1929, p. 221)[8]. Pragmático e pouco meticuloso quanto às formas de associação e identificação locais, o conquistador realizava a classificação em dois níveis: primeiro, classificava-os todos como índios, seguindo a lógica dos seus pares em outras partes do Novo Mundo, assimilando-os a outros tantos povos ameríndios; segundo, dividia-os pelas suas associações sociofamiliares e territoriais. Aqui convém destacar o papel fulcral do *lebo* (também denominado *rewe*, posteriormente). O *lebo* era, como sugeriram Zavala Cepeda e Dillehay, uma “[...] unidad sociopolítica constituida por uno o varios patrilinajes extendidos residentes en un mismo territorio y articulados em torno a una línea de descendencia masculina principal que proveía la jefatura y posiblemente el apelativo” (2010, p. 439). Por sua importância, tais formas de associação tornaram-se elementos centrais no manejo espanhol do mundo indígena araucano.

Para essa população, que Bengoa definiu como “antigos mapuches” (2003) e que Boccara defendeu serem *reche* (1996; 2009)[9], “gente verdadeira”, o *lebo/rewe* era o centro identitário, restando ao partícipe desta comunidade a integração ao plano social e ao plano espacial (ou sua marginalização, exclusão, exílio), elementos amalgamados e indissociáveis (território e comunidade), pois o espaço consubstanciava a própria noção de pertencimento à sociedade, tendo em vista que “[...] a identidade social dos indígenas, que naquela época se denominavam *reche* [...] se constituía pelo pertencimento a um *lebo* e em referência a um *rewe,* o espaço cerimonial de cada *lebo* [...] o *lebo* consistia no primeiro grau de diferenciação identitária [...]” (BOCCARA, 2007, p. 64). Essa foi a primeira estrutura social indígena usada pelos espanhóis para subdividir e classificar grupos e indivíduos originários na Araucanía. A mesma prática aparece ainda atuante anos depois, em uma *encomienda* dada pelo governador Francisco de Villagra a um tal Juan Pérez de Campo nas terras austrais de Osorno; no entanto, no dito caso, a divisão é feita a partir de uma estrutura social conhecida como *cabi*[10]: “[...] encomiendo en vos [...] el caví llamado Teguataya, con los caciques del dicho caví, nombrados Orompello y Acompello, Nochi, Cuymonande, Ayamande, como sean todos ellos del dicho caví Teguataya é no de outro caví, com sus indios é subjetos [...]” (MEDINA [ed.], 1901, p. 153)[11]. Esses conjuntos identitários foram largamente confrontados por dois eventos fulcrais em sua história. Primeiro, pelo avanço dos povos falantes do quéchua, capitaneados pelos senhores incas do *Tawantinsuyu* no século XV (ZAPATER EQUIOIZ, 1981 e URIBE; SANCHÉZ, 2016). Depois, de forma mais perene, pela conquista e ocupação espanholas entre os séculos XVI e XIX. Essa última experiência não erradicou as culturas locais, mas transformou-as amplamente. Pressionados pela necessidade de estabelecer uma segmentação que lhes permitisse proceder com a repartição e usufruto da

[8] *Al Emperador Carlos V – Concepción, 25 de septiembre de 1551*.
[9] Foi o termo *reche* que Luis de Valdivia definiu, em sua *Gramatica General* (1606), como sinônimo de “*indio de Chile”*. *Mapu*, por sua vez, foi definida na mesma obra como “Patria, Habitación o Pueblo”.
[10] Boccara (2009) sugere que o *cabi/caví* era uma unidade de associação sociofamiliar mais comum ao sul do rio Toltén, sendo corriqueiramente assimilados, nas fontes, ao *lebo/rewe*.
[11] *Encomienda de indios dada por Francisco de Villagrán á Juan Pérez de* Campo.

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

força de trabalho indígena, e ansiosos por "pacificar" uma população muito mais densa que nos vales centrais, Valdivia e seus asseclas se contentaram em utilizar as dinâmicas sociais locais, como as divisões sociofamiliares e a influência e poderio dos "grandes homens" (SILVA GALDAMES, 1995), para encaminhar suas *encomiendas*, prospectar ouro, alicerçar suas cidades e fortes e outras tantas sortes de uso servil da mão de obra tanto na região central[12], relativamente pacificada após 1557, quanto na Araucanía (CONTRERAS CRUCES, 2017). No quadro de guerra vigente na primeira dezena de anos da conquista, o fator primordial de diferenciação hispânica para os povos indígenas permaneceu a instituição do cacicado, mantendo todo o conjunto dos povos originários, com suas várias dessemelhanças e variabilidades culturais, amalgamados na figura do "índio", submetido ou inconquistado. Atacamenhos, diaguitas, copiapós, aconcaguas, picones, mapochos e araucanos viam suas respectivas identidades diluídas frente à imposição de uma nova ordem política, econômica e cosmológica que, embora fizesse uso de estruturas nativas precedentes, impunha um novo arranjo territorial e subsumia a todos na condição de *naturales* da terra.

O soldado-cronista Jerónimo de Vivar, que escreveu muito próximo de Valdivia (finalizando seu texto em 1558), seguiu uma abordagem relativamente diferente. Sua preocupação não era escrever cartas requerendo mercês nem dar conta dos seus serviços, ao menos não na sua crônica, que tinha como principal intento, segundo o próprio autor, relatar os feitos, aventuras e desventuras da entrada de Valdivia e de sua hoste nas terras chilenas. Em suas letras, os indígenas ainda eram índios, mas sempre de algum lugar, *de Perú*, *de Atacama*, *de Mapocho* etc. Ademais, o autor também mencionava os nomes que, supostamente, alguns desses povos possuíam nos seus idiomas locais ou na língua de Cusco (quéchua). Portanto, na *Crónica y relación copiosa y verdadera de los reinos de Chile*, vê-se incas, chichas, promaucae/pincones e outros. Vivar sugeria subdivisões significativas e delimitações muito localizadas, balizadas por territórios (vales, geralmente) e culturas distintas (roupas, crenças, costumes etc.). Tal variedade pode ser vista no relato sobre a entrada do bando de Valdivia no Copiapó, onde se conta que um "capitão" dos copiapós reconheceu o uso do quéchua, empregado pelos aliados cusquenhos do bando espanhol, e ordenou à sua gente de guerra que resistisse à invasão estrangeira nas suas fortalezas montanhosas "[...] cuando oyó la voz y entendió la lengua de Cuzco, puesto que es la suya muy diferente porque, en toda la tierra y provincias de Indias [...] difieren los lenguajes unos de otros" (BIBAR, 1966, p. 21). Já a gente do Mapocho era definida por seus costumes próprios, como a importância dada à primogenitura, a adoração ao sol e à lua herdadas dos incas, o uso de roupagens peculiares e o seu desapego à riqueza (BIBAR, 1966, p. 133-135). Os *pormocaes* ou *pincones*, por sua vez, eram de mesmo traje e língua dos *mapochos*, mas estavam localizados na "província" que ia dos términos de Santiago ao Maule (BIBAR, 1966, p. 138). Em Arauco e nos arredores de Concepción, encontrava-se gente belicosa que se ordenava em *lebos,* de mesma língua dos de Santiago e dados a feitiçarias, como seus congêneres *mapochos* (BIBAR, 1966, p. 155-156). No geral, a despeito da atenção dada pelo cronista às peculiaridades culturais, permanecia uma visão macroscópica que sublinhava o aspecto selvagem dos indígenas, sua ferocidade e uma consequente inflexão à aceitação de uma

[12] Contreras Cruces (2010) evidenciou, em ordem ascendente de influência, três níveis hierárquicos do mundo indígena da região central presentes nas fontes hispânicas, com os nomes de *principalejos, principales* e *caciques*, instâncias utilizadas na divisão de *encomiendas*.

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

nova ordem imperial, motores de tão sangrentas e prolongadas guerras de conquista[13]. A despeito disso, Vivar saía, em relação a Valdivia, de uma identificação generalista para uma categorização baseada em parâmetros espaciais e linguístico-culturais, revelando uma ampla efervescência de línguas e costumes ao mesmo tempo distintos e correlatos entre si, pertencentes a populações que, embora heterogêneas, estavam conectadas e interrelacionadas, e que assumiram diferentes posturas frente à invasão hispânica, tal qual fizeram outrora diante dos incas (GONZÁLEZ VARGAS; ROSATI AGUERRE, 2011).

Apesar de certa abundância dos relatos escritos sobre a conquista, a profusão imagética do indígena chileno foi alçada para além do Novo Mundo sobretudo pelos versos de Alonso de Ercilla. A guerra entre espanhóis e araucanos ainda grassava quando Ercilla desceu ao Chile junto a García Hurtado de Mendoza, governador responsável por acabar com o primeiro grande levante indígena (1553-1558) que assolava a nascente governadoria. Foram os seus versos que difundiram a identidade épico-poética do povo guerreiro *araucano*, descrito em minúcias literárias no seu poema *La Araucana* (publicado entre 1569 e 1589), e que, habitando o Estado de Arauco, passado o afamado rio Biobío, "[...] es el fiero Pueblo no domado / que tuvo a Chile en tal estrecho puesta, / y aquel que por valor y pura guerra / hace en torno temblar toda la tierra" (ERCILLA, 2001, p. 15). Território e caráter definiam o araucano, o guerreiro selvagem idealizado do poema, identidade plasmada nas populações dos chamados *indios de guerra* que habitavam as "províncias" ao sul do rio Biobío[14]. Nos seus versos há também incas, puelches, promaucaes e outros, classificações (re)construídas na pena do poeta. Alonso de Ercilla e seu poema inauguraram uma verdadeira tradição em versos que se fixou fortemente no imaginário ibérico sobre os acontecimentos e conflitos desse marginal reino hispânico na América. Como notou Huidobro, atingindo uma abrangência transoceânica e inter-regional, "[...] el corpus épico sobre Arauco logró superar los límites propios de una guerra periférica, alejada de la metrópolis española, para colocarla en el centro, con fuerza y legitimidad, como un tema de importancia global" (2017, p. 33). Arauco e Araucanía tornaram-se um sinônimo de *tierra de guerra*, categoria espacial que ordinariamente identificava, no Chile, um espaço conflitivo e disputado ao sul do rio Biobío (RODRIGUES, 2023). Muitas representações imagéticas, líricas e heroicas sobre as guerras chilenas provieram da tradição do canto épico. De igual maneira, essa matriz serviu como forma imaginativa de conceber os espaços belicosos e suas populações. Ao mesmo tempo, textos menos detalhistas quanto à variedade humana eram comuns em crônicas coetâneas aos escritos de Vivar e de Ercilla, como a obra *Historia de Chile desde su Descubrimiento hasta el año 1575*, escrita pelo capitão Alonso de Góngora Marmolejo. Nesse texto, a ênfase nos aspectos bélicos sublinha constantemente a profusa dedicação dos indígenas à guerra, do que se delineia uma relação interessante, um *topos* presente já no século XVI e bastante explorado no XVII, a saber, a relação analógica-essencialista entre a terra (o *Reino de Chile*) e seus naturais: "La jente de este reino es belicosa conforme a la costelación de cada ciudad en donde está poblada. Hai muchas minas de oro [...] y es la jente della de mucho trabajo,

[13] "Dos concepciones resultan fundamentales en el texto de Vivar: la de los indios como infieles que rechazaron una evangelización prehispánica y la de los araucanos como guerreros comparables a los pueblos prerromanos en el marco de una historia de conquistas imperiales" (CARNEIRO, 2008, p. 45).

[14] "[...] el reino de Chile – su gente y su tierra – se distingue por su furor e indomabilidad, condiciones que parecen nacer de este suelo y volverse sobre él mismo, debido a su condición periférica y aislada" (HUIDOBRO SALAZAR, 2018, p. 34).

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

buen servicio y entendimento, aunque bárbara" (GÓNGORA MARMOLEJO, 1862, p. 1), declarava o capitão-cronista. Ademais, a *Historia de Chile* associa os indígenas espacialmente a alguma província, estado ou parcialidade, sem implicar, com isso, grande heterogeneidade. A despeito de o autor conhecer a obra de Ercilla, não há referência a "araucanos" na sua *Historia*, se não indiretamente, na menção a *La Araucana* na dedicatória, onde o cronista sublinhou que, naquele rincão do mundo, "[...] jente desnuda, bárbara y sin armas sean tan belicosa, ardidosa y arriscada por la defensión de su tierra, como es a dela esta província" (GÓNGORA MARMOLEJO, 1862, p. XII)[15], do que emerge uma percepção de espaços que, à revelia das suas reais dimensões, sentidos ou significados para as populações originárias, nos textos da conquista, passam a significar *a priori* uma subdivisão territorial muito útil para cartografar, organizar e descrever as conflituosas terras araucanas e suas populações.

Menções a grupos etnolinguísticos, como os diaguitas, são raras nos textos primevos. Valdivia, Vivar, Góngora Marmolejo e outros, no entanto, fazem constante menção aos incas como sinônimo de povo ou reino, além de destacarem a ascendência incaica de certos indivíduos, como o chefe Quilicanta do Maipo-Mapocho, morto por Inés Suárez durante o ataque do *gran toki* Michimalonko a Santiago (setembro de 1541), sujeito reconhecido pelos cronistas como *inca* (BIBAR, 1966, p. 39; MARIÑO DE LOBERA, 1865, p. 58). No Chile, termos como *de Cuzco, del Pirú* e *Inca* não tinham um significado unívoco e nem sempre denotavam o pertencimento ao incanato, mas, para além da sua precisão, o termo revela a forte influência pregressa dos incas e o seu legado de domínio e expansão sobre a região; a participação ativa de indígenas oriundos do norte andino no processo de conquista, fosse na forma de recém-chegados junto ao bando valdiviano, fosse como populações outrora instaladas como *mitamaes* ou guarnições pelos cusquenhos (LORANDI, 1983; STEHBERG, 1976); e uma percepção hispânica de aproximação civilizacional maior com o potentado de Cusco que com os *promaucaes* combatidos por ambos. Esse último ponto, a "proximidade" hispano-inca, é tema caro ao padre Acosta, que desenvolveu uma famosíssima categoria cultural-civilizacional para explicar os povos ameríndios:

> El primero y principal y mejor, ha sido de Reino ó Monarquía [...] El segundo es de behetrias ó comunidades, donde se gobiernan por consejo de muchos, y son como concejos [...] El tecer género de Gobierno es totalmente bárbaro, y son Indios sin lley, ni Rey, ni asiento, sino que andan á manadas como fieras y salvages (ACOSTA, 1894, p. 198).

Para o jesuíta, os indígenas chilenos estavam agrupados na segunda categoria, organizando-se ordinariamente em *behetrias* e *comunidades*, com "capitães" eleitos para os tempos de guerra e com seus conselhos comunais e *principalejos* nas relações cotidianas. Os incas e mexicas formavam o ápice da hierarquia política com seus grandes reinos socialmente hierarquizados, forças expansivas e Estados claramente constituídos, ainda que considerados como "tiranias", segundo a lógica escolástica do padre. Eram, pois, muito mais próximos dos espanhóis que os araucanos[16]. Não à toa, algumas das primeiras palavras para

[15] Sobre a constituição narrativa da *Historia de Chile* e de outros textos da conquista, ver Santa Cruz (1990).

[16] Como sugere a investigação de Valenzuela Márquez, essa diferença valorativa era percebida também pela população indígena e continuava operante nas formas de identificação encontradas no Chile colonial dos séculos XVI e XVII, por exemplo, na autoidentificação de *indio de Cuzco*, constituindo-se como "[...] una estrategia

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

descrever os povos originários do Chile eram de origem quéchua, *lengua de Cuzco*, como o já mencionado termo *promaucae* e suas variantes, que para os incas indicava certas populações insubmissas e pouco afeitas à conquista cusquenha[17]. *Promaucae* foi referido na *Crónica* de Vivar (1558), que buscou mesmo explicar a origem da palavra, ligando-a à relação desses indígenas com os invasores incas que não lograram submetê-los. Vivar escreveu que, observando seus modos de vida, os incas "[...] los llaman Pomaucaes, que quiere decir 'lobos monteses', y que aquí se quedaron Pormocaes, que se ha corru[p]to la lengua porque de antes se llamaban *picones*, porque estaban a la banda del sur y al viento sur llaman *pico*" (BIBAR, 1966, p. 138). Embora seja difícil averiguar a segunda parte da sua afirmação, é factível supor que os incas usassem palavras com o sufixo *auca* (*awka*) para se referirem a povos que tomavam como arredios à dominação. Crônicas posteriores, como as obras de Pedro Cieza de León, Guamá Poma de Ayala e Inca Gacilaso de La Veja, dão conta de uma fronteira de guerra geograficamente imprecisa marcada por um quadro conflitivo entre o *Tawantinsuyu* e os *promaucaes*, cujo ápice teria sido a batalha do Maule, vencida pelos locais (SILVA GALDAMES, 1983). O que se percebe é que a noção de uma região indômita e de um povo guerreiro, refratário ao avanço de forças imperiais, pode ter vínculos com a experiência inca que precedeu a invasão hispânica. O termo assumiu um aspecto polissêmico, referindo-se ora a uma "província", ou seja, a um marcador espacial, ora tratando de forma um tanto indefinida de uma população identificada pela sua belicosidade e autonomia frente aos seus congêneres submetidos[18]. Depois, o termo plasmou-se como uma identificação comum para os indígenas que viviam na borda fronteiriça meridional do *Collasuyu*, especialmente aplicável às populações das redondezas do vale do Maule. A ideia permanecia perceptível em Ercilla: "Los promaucaes de Maule, que supieron el vano intento de los incas vanos [...] es una gente que está cien millas del Estado; brava, soberbia, próspera y valiente, que bien los españoles lo han probado [...]" (ERCILLA, 2001, p. 20). O termo *auca*, *a posteriori*, viria a ocupar um lugar distintivo na guerra de Arauco, servindo para denominar indivíduos ou populações *de guerra* ou *enemigos* através de um reaproveitamento linguístico do vocabulário norte-andino, dando-lhe "[...] una connotación cultural más amplia, que los españoles resignificaron e hicieron suya, y que generalizaba a los nativos refractarios con el estigma casi ontológico de la rebeldía y la traición [...]" (Valenzuela Márquez, 2023, p. 119).

Outro aspecto de homogeneização classificatória dos indígenas é percebido na documentação laboral que foi paulatinamente criada. A legislação indiana, na tentativa de instituir formas de trabalho e de trato referentes à população indígena, reforçou a condição jurídica dos ditos *indios*, entendidos, nas importantes *Leys Nuevas* (1542), "[...] como vasallos nuestros de la corona de Castilla, pues lo son" [19] (SOLANO [ed.], 1988, p. 151). Essa

clasificatoria que opera «desde abajo», como una apropiación consciente, por parte de los inmigrantes andinos, de aquel imaginario colonial de «lo inca» y de su centro urbano" (2010, p. 82).

[17] "[...] la palabra «purumauca» se encuentra en el discurso elaborado por los cronistas del Perú como una definición incaica genérica, que denota y cataloga a ciertas poblaciones indígenas renuentes a su dominio, independientemente de su localización geográfica [...]" (MANRÍQUEZ, 2002, p. 344).

18 Para Eduardo Télez Lúgaro, "[...] la 'frontera bárbara' constituyó uma divisoria política y cultural para el incanato; no para las tribos. Tal frontera era a la par una categoria político-ideológica, edificada y divulgada para aminorar el fracasso de una expansiós y justificar por adelantado la exagerada subestimación cultural de las gentes que hicieron posible el fiasco" (1990, p. 82), sugerindo, ainda, que a distinção entre picones e promaucaes pode ser entendida como a diferença, respectivamente, entre populações submetidas e não submetidas ao poderio inca, sem que isso implique imensa diferença de ordem sociocultural.

[19] *Leys y ordenanzas nuevamente hechas para la gobernación de las Indias y buen tratamento de los indios*.

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

percepção encontrou eco no conjunto de textos regulamentares propriamente chilenos. Um exemplo disto é a *Tasa de Santillán* (1559), na qual o licenciando Fernando de Santillán, responsável por ordenar e regular o trabalho indígena no Reino de Chile, outorgava à sua *tasa* a função de conservar os "naturais" da província contra os desmandos e abusos dos conquistadores e da classe *encomendera*. Segundo o documento, os indígenas se achavam já instituídos em *pueblos* no centro-norte do Chile, formando uma *republica de indios* que minguava com a exasperação dos trabalhos pessoais, ao que, por tal conjuntura, ocorria ao licenciando "[...] visitar todos los pueblos de indios de las dichas ciudades de Santiago e La Serena, poniendo para ello personas de buen celo y cristandade [...]" (JARA; PINTO [eds.], 1982, p. 21)[20]. Para a região austral, terra de guerra, vigoraria um código laboral específico. A despeito da diferenciação por espaços, tal medida refletia mais as diferentes dinâmicas de guerra e apropriação laboral espanholas para cada parte da governadoria do que propriamente o reconhecimento de traços distintivos entre essas populações indígenas. Advém notar a menção à categoria de *yanaconas*, a saber, indígenas oriundos do Peru ou nativos que, por cativeiro ou outra razão, se distanciavam ou se desassociavam de suas comunidades, linhagens e famílias de origem, passando a prestar serviços diretamente aos seus senhores (CONTRERAS CRUCES, 2017, p. 256). Documentos como as *Ordenanzas para las minas de plata* (1550) prescreviam uma diferença fundamental entre os dois tipos, usando como crivo a relação estabelecida entre o senhorio espanhol e os indígenas, sendo considerados *indios* aqueles que haviam sido *repartidos*[21]. Nesse sentido, além de um fator de classificação genérico, termos como *indio, yanacona* e *negro* refletiam e instituíam categorias laborais e condições de liberdade ou cativeiro.

À revelia dessas tendências à generalização, não é raro encontrar distinções classificatórias que discriminavam diferentes populações dentro da documentação espanhola. É constante o uso do cacicado conexo a referenciais naturais para proceder com a partição de *encomiendas* entre os *vecinos* de Santiago, como no caso de Juan Jufré (1549), a quem o governador Valdivia regalava os caciques *encomendados* "[...] Malti y Tocalellos, Hermanos, con todos sus indios é principales, que tienen asiento en las cabezadas deste valle de Mapocho, é solían ser subjetos al cacique longomavico" [22] (MEDINA [ed.], 1898, p. 8), além de três caciques com seus respectivos *principales* e demais associados, oriundos, agora, da província de Promaucaes. A afiliação a um cacicado, portanto, era associada também a uma localização, um referencial espacial que territorializava e caracterizava aquela comunidade, tornando-a mapeável. Vejamos também o caso do *codicilo* de Inés González (1564), identificada como *india del Pirú*, dando informe, em testamento, sobre os trabalhos prestados a ela por alguns indígenas, fazendo saber que "[...] ella se ha servido por mucho tiempo de ciertos indios naturales del valle de Pico [...]"[23] (JARA; MELLAFE [orgs.], 1996, p. 211) e por dois outros *yanaconas* de Mapocho, aos quais legou alguns bens. Neste caso, as categorias

[20] *Relación de lo que el licenciado Fernanco de Santillán, oidor de la Audiencia de Lima, proveyo para el buen Gobierno, pacificación y defensa de Chile, 4 de junio de 1559*.
[21] "Que sea obligado el que tuviere mina de plata o estacas de outro, a tenerla poblada con cuatro yanaconas, o cinco indios de repartimiento, o con un negro y dos yanaconas [...]" (JARA; PINTO [eds], 1988, p. 4), *Ordenanza para las minas de plata, presentadas por Antonio Nuñez al cabildo. Acta del cabildo de Santiado de 9 de agosto de 1550*.
[22] *Probanza de los méritos y servicios del general Juan Jufré en el Descubrimiento y población de las provincias de Chile*.
[23] *Codicilo de Inés González de 5 de diciembre de 1564*.

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

são definidas ou pela condição laboral ou pela origem geográfica dos indígenas. Essa dinâmica de classificação se replicou no sul do Reino, preponderando a subdivisão por *lebos*. Note-se, por exemplo, a cédula de *encomienda* dada pelo governador Rodrigo de Quiroga ao licenciado Julián Gutiérrez Altamirano (1566), concedendo-lhe o "[...] levo llamado Millapoa, con el cacique nombrado Reuqueande e con los demás caciques indios principales e subjetos del dicho levo y de su parcialidade y bebedero [...] de uma parte y de la outra del río de Bío-Bío"[24] (MEDINA [ed.], 1956, p. 64). Não obstante, com a continuidade das guerras e rebeliões na Araucanía, outras formas de espacialização e organização sociopolítica indígenas começaram a servir de referenciais constantes para categorizar certas populações. Tratavam-se, pois, das chamadas *provincias*.

Purenes, tucapelinos e *aucas*: os conflitos araucanos e a resistência indígena como catalizadores de classificações coloniais (XVI-XVII)

Se as categorias criadas pelos conquistadores eram calcadas na tradição, na experiência *in loco* e no contato com os ameríndios, é genuíno pensar que processos de resistência e cenários conflitivos tiveram um peso importante na emergência, uso e disseminação de algumas classificações coloniais. Entrevê-se, então, a relevância da ação indígena em interpor-se militarmente ao avanço espanhol sobre os seus territórios, confrontando às instituições e forças coloniais algumas formas muito próprias de organização político-social e territorial que, bem ou mal percebidas pelos europeus, serviram como parâmetros para definir e pensar essas populações denominadas nas fontes de *rebelada* ou *de guerra*. Como arguiremos nesta seção, a distribuição espacial e a organização social indígenas aparecem como elementos fundamentais nas classificações espanholas referentes sobretudo às chamadas "terras de guerra".

A ideia de um Chile atravessado por províncias já pululava nos textos mais antigos da conquista: "[...] en este tiempo los naturales de la província de Arauco se rebelaran [...]"(BIBAR, 1966, p. 197), escreveu Vivar, ao tratar do envio de Garcia Hurtado de Mendoza para pacificar o Reino (1558-1561). Ao sul do rio Toltén, e sobretudo abaixo do Biobío, o termo era geralmente empregado como um referente a uma partição territorial autóctone, cognominada pelos espanhóis de "províncias", estruturas que, quando associadas, constituíam um "estado", como mencionado por Pedro de Valdivia em referência às províncias de "Arauco"[25], topônimo que podia significar tanto uma província em específico quanto as várias "províncias" indígenas que circundavam a cordilheira Nahuelbuta, espaço geralmente referenciado como "Estado de Arauco", palco de renhidas batalhas e rebeliões (ZAVALA CEPEDA; DILLEHAY, 2010). Nos usos correntes dentro do império hispânico, a ideia de província, como tantas outras designações espaciais, não era imbuída de um sentido único, possuindo, portanto, um significado polissêmico (MARTÍNEZ DÍEZ, 1981; BREWER-CARÍAS, 1992). Os documentos falam, como visto anteriormente, de província dos *promaucaes*, *de Aconcagua*, *de Arauco* etc. "Província" era um modo de circunscrever uma aparente unidade espacial e/ou humana observada pelos espanhóis, sem que o termo estivesse assentado em

[24] *Título de encomienda de indios dado por Rodrigo de Quiroga al licenciado Julián Gutiérrez Altamirano, 3 de junio de 1566*.
[25] "También envié a las provincias de Arauco por tierra a Francisco de Villagra para tomase lenguas y me echase los indios desta tierra hacia acá" (MEDINA [ed.], 1929, p. 65), *Carta a Hernando Pizarro, La Serena, 4 de septiembre de 1545*.

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

bases objetivas. A despeito disso, os nomes "provinciais" foram utilizados recorrentemente para classificar seus habitantes. Esse processo já fora percebido por Diego Barros Arana em sua monumental *Historia General de Chile* (1884), onde arguiu que essas denominações "[...] fueron establecidas antojadizamente por los primeros escritores españoles, que daban a los indios de toda una región el nombre que tenían los de una localidad reducida o el apodo que les daban las otras tribus en razón de sus costumbres o inclinaciones" (1999, p. 49). Prosseguindo nessa argumentação, Barros Arana reconhecia que esse problema era oriundo da incompreensão geral dos espanhóis das peculiaridades do "país" e de sua língua. Em um estudo sobre a situação nominativa no território diaguito-calchaquí, Giudicelli notou que "[...] esas divisiones terminaron congeladas en un mapa étnico [...] que olvido por completo las condiciones históricas de su creación" (2007, p. 179). Essas divisões espaço-antropológicas coloniais foram concebidas mais como delimitações arbitrárias que como um redesenho em verossimilhança do mundo político-identitário indígena. No Chile Central, a noção de província era utilizada ordinariamente para denominar os vales fluviais, sem maiores apegos a determinadas dinâmicas de disposição territorial dos grupos indígenas locais, vítimas, esses, de um processo mais intenso de ingerência após o desmonte dos núcleos de resistência nas primeiras décadas da conquista (CONTRERAS CRUCES, 2019). O processo exógeno de espacialização da identidade indígena era também um processo de conquista, visto a ignorância ou rejeição dos conquistadores às identidades constituídas, muitas das quais perdidas nos meandros da história não documentada, seguida da imposição de novas definições etnificantes. Trata-se, seguindo o conceito proposto por Boccara, de um processo instrumental de etnificação, compreendida como "[...] los dispositivos coloniales (de estado y capitalista) que producen efectos de normalización y espacialización y participan de la creación de lo étnico a través de la reificación de las prácticas y representaciones de las sociedades indígenas"[26] (2005, p. 44).

No entanto, o que queremos propor aqui é que, tendo em vista a contínua resistência indígena e a consequente manutenção de uma autonomia sociopolítica na Araucanía, entre fins do século XVI e começo do XVII, uma subdivisão sociopolítica reche-mapuche, a saber, os *ayllarewes*, caracterizados como uma "[...] alianza entre comunidades o 'parcialidades' cercanas, reconociendo, en forma tácita, el liderazgo de la más fuerte desde el punto de vista demográfico [...]" (SILVA GALDAMES, 2005, p. 46), passaram a ocupar um papel fundamental na forma espanhola de classificar certas terras e comunidades indígenas. É difícil atestar a origem histórica dessas ditas "províncias", se eram agremiações pré-hispânicas ou se eram, de fato, associações de *lebos/rewes* formadas e fortalecidas em virtude das guerras constantes contra os *huincas* espanhóis. Não obstante, é notório que os *ayllarewes* possuíam certa coesão interna, obedecendo a uma dinâmica de poderio e autoridade própria no alinhamento entre os *lebos*, como propôs Goicovich Videla, ao notar que "[...] El potencial demográfico, la capacidade bélica [...] y el prestigio de sus líderes eran los principales factores que marcaban ambos los niveles" (2007, p. 320). Seja qual for a origem derradeira dos *ayllarewes* araucanos, é no final do século XVI que vemos, na documentação, um princípio

[26] A etnogênese, por sua vez, tratar-se-ia de um gradual processo endógeno de construção identitária e reconstrução social, a partir dos fatores da própria cultura indígena e, inevitavelmente, da afetação trazida pela relação com os europeus e com outros povos.

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

de identificação de tais “províncias” com suas respectivas populações, como no famoso informe de dom Miguel de Olaverría (1594)[27]:

> Desde este río de Biobío siguen las provincias de Talcamávida, Laucamilla y Cairay, Marigueño y lo que dicen Angol el Viejo, Andalican, Arauco que está sobre la mar, la província de Tucapel, que por la costa llega con sus parcialidades hasta junto de La Imperial y la província de Purén [...] la allaregua es una junta y concurso de nueve parcialidades y toda esta tierra referida del estado e indios dela están repartidos en cinco allareguas, la gente de las cuales por naturaliza y continuo exercício en las armas están arrogantes, feroz y inquieta [...] (MEDINA [ed.], 1960, p. 396-397).

A adoção das formas territoriais indígenas para definir as “províncias da terra” dava mostra do aspecto autônomo de tais agremiações. A assimilação dos *ayllarewes* a *provincias* e a identificação dos indígenas com suas respectivas confederações já aparecia no informe de Juan Delgadillo ao agora vice-rei do Peru García Hurtado de Mendoza (1590): ao perguntar a um *vecino* de Santiago, chamado de Gaspar de la Barrera, este lhe disse que as províncias de guerra do dito Reino eram “[...] el Estado de Arauco, que es desde el río de Biobío [...] hasta el valle de Tiruá [...] y en los llanos de Angol hasta la provincia de Purén y Angol el viejo y todos los levos de aquella cordillera hasta La Imperial y la provincia de Mareguano y todos los levos [...]”[28] (MEDINA [ed.], 1960, p. 52). Essa associação gerou uma nova forma de categorizar as populações indígenas da chamada *tierra de guerra*, a saber, pelo uso do gentílico correspondente às suas respectivas “províncias”, como evidenciado por Pedro Mariño de Lobera, outro soldado-cronista, cuja obra *Crónica del Reino de Chile* (1594, editada pelo jesuíta Bartolomé de Escobar) fala de “araucanos” e “tucapelinos”, continuando, por conseguinte, a categorizá-los de acordo com suas características mais peculiares, sua braveza e seu apego à liberdade, não sendo “[...] menor la ferocidade y valentia de la gente araucana y tucapelina que su riqueza y abundancia” (MARIÑO DE LOBERA, 1865, p. 110). Semelhante definição se encontra nos versos de *Purén Indómito*, escrito por Arias de Saavedra (1603), obra na qual o uso do gentílico vem carregado de uma significação totalizante: “Son los purenes gente belicosa / Y cabeza de todos los chilcanos [...] Arauco y Tucapel se les sujetan / Y las demas provincias les respetan” (BARROS ARANA [org.], 1862, p. 2, I), cantava o soldado-poeta, definindo os “purenes” como coletividade, muito em semelhança com o que fizera Ercilla com seus guerreiros “araucanos”. Essas definições, no entanto, não serviam para toda a população indígena dita *de guerra* ou *rebelada*. Os *ayllarewes* mais afamados carregavam seus nomes locais nas fontes espanholas, mas os indígenas que rodeavam as outrora povoadas cidades, eram, por metonímia, considerados *de Imperial*, *de Angol*, *de Valdivia* etc. Vejamos a relação feita por Domingo de Erazo, que enumerava os chamados *indios de guerra*, quando da chegada de Alonso de Ribera ao Reino do Chile (1601-1605):

> [...] hallé rebelados contra el real servicio todos los naturales que habían de paz [...] de la Concepción e San Bartolomé tres mil indios, los de Arauco,

[27] *Informe de don Miguel de Olaverría sobre el reino de Chile, sus indios y sus guerras,* 1594.
[28] *Información y comisión de don García Hurtado de Mendoza a Juan Delgadillo, veedor y contador de la gente de guerra de Chile, para que averigüe en secreto el estado en que tiene el gobierno de Chile Alonso de Sotomayor, 31 de enero de 1590*.

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

> cuatro mil, los de Santa Cruz, tres mil, los de Angol dos mil y quinientos, en la Imperial tres mil y quinientos, en Villa Rica cuatro mil, sin otros seis o siete mil de la provincia de Purén y Tucapel que siempre estuvieron rebeldes [...][29] (MEDINA [ed.], 1960, p. 317-318).

Essa visão hispânica das especificidades territoriais araucanas procede do contexto belicoso e da perenidade da resistência desses grupos. O padre Luis de Valdivia, arquiteto da "guerra defensiva" no Chile (1612-1626), definia os indígenas, em carta datada de 1613, como pertencentes primariamente a determinadas "províncias". Dizia o jesuíta que, em "[...] mayo de 1612 dieran la paz las provincias de Arauco y Catiray y la metad de Tucapel que por todo eran dos mill yndios" [30] (PARES/AGI, f. 1). Ademais, havia as províncias do Sul: Osorno, Villarrica e Valdivia, nomes de antigas cidades outrora edificadas e, naquele momento, destruídas, nome expandido para as comunidades indígenas contíguas que começavam a negociar suas pazes com o clérigo, nomeado pelo rei como *visitador general*. Essas populações viam convergir sobre si três níveis de identificação: eram identificados, como os demais povos da América, como *indios*; mais especificamente, eram *indios de Chile*; no entanto, também eram associados a certos territórios (*estados*, *provincias* e *parcialidades*) e suas respectivas chefaturas, como sugeria o religioso. Eram, portanto, gente de uma terra.

Embora seja difícil precisar se tais "províncias" e seus respectivos nomes encontravam correspondentes nas formas nativas de pensar, identificar e interpretar a si mesmos (suas formas endógenas de significação), tendo em vista o viés espanhol dos documentos e o caráter fragmentado das fontes, é mister perceber que as lutas de resistência produziram e fortaleceram importantes estruturas político-sociais indígenas (GOICOVICH VIDELA, 2002). A documentação deixada pelos parlamentos hispano-mapuches, por exemplo, serve como imersão em certas formas de espacialização, congregação e hierarquização do mundo reche-mapuche. Esses espaços de negociação, também conhecidos como *koyang* na língua mapuche, foram primeiramente estabelecidos no governo de Óñez de Loyola e consolidados sobretudo a partir do término do grande levante (1604), perpetuando-se, então, por quase três séculos (CONTRERAS PAINEMAL, 2010; ZAVALA CEPEDA, 2009). Vejamos as atas do parlamento de Paicaví, na província de Tucapel, ocorrida no ano de 1605, no governo de Alonso García Ramón (o segundo de uma sequência de atos diplomáticos ocorridos no mesmo ano, a saber, em Concepción, Paicaví, Lebu, Arauco, Santa Fé, Yumbel e Rere, sob os auspício da ordem jesuíta), e tentemos desvelar a relação entre as classificações espanholas e seus referenciais indígenas:

> [...] en presencia del dicho Padre Valdivia de la compañia de Jesus hiso parezer ante si a los caciques e Indios principales de las nueve Reguas de la provincia y Aiyaregua de Tucapel que fueron de la primera regua llamada Paycavi los caciques Coupichun Reureante, [Curepan], Guaiquillanca, Guenchun, Chentuneo, y de la segunda regua llamada Angolmo los caciques Mololenigue, Puerpanimelli, Competa, Guenaguen, Painemanque y Guanpillan y de la tercera regua llamada Tucapel los caciques Antequipe Metunpillan Curemilla Maripengui Tanaguayque y de la quarta regua llamada [Tomu molo] caciques Millaguaiqui Junquemeque Antepilque Panianca Sineguanltan Gomila y de la quinta regua llamada Cayuncupil los caciques

[29] *Instrucción de Alonso de Rivera, gobernador de Chile*.
[30] *Padre Luis de Valdivia: estado de la guerra de Chile, Fuerte de Buena Esperanza, 20 de febrero de 1613.*

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

> Faboguenque Tevilo Lentoqui Pencapan Iquemanqui Parlican, y de la sesta regua llamada Libora los caciques Llanecuera[n] llelcure quentanmalin y de la octava regua llamada Lincoya Chancayllo loquenipe Payllaneo Cacaguant Ongolide Tanucanco Venchelani Penangulien y de la nona y ultima régua llamada Bullubueylle los caciques Henquelepi, Collelame, Paylamapones, Mallecan, Gunante, la setima regua Pilmayquen los caciques Gondorapillan, Peyne, Mallincune, Quientanmancie (ZAVALA CEPEDA [ed.], 2015, p. 50).

Havia, além do mais, a presença de alguns caciques purenes, representando quatro *rewes* que queriam negociar a paz com os espanhóis, enquanto os outros cinco mantinham o estado belicoso, do que se desprende que, embora os espanhóis descrevessem o estado de guerra como um assunto "provincial", o centro decisório e o cerne da mobilização indígena continuavam a ser o *lebo/rewe*. Notar-se-á a plena assimilação do termo *provincia* ao *ayllarewe* tucapelino, cujo nome, provavelmente, provém do *rewe* de Tucapel, presente entre os nove outros *lebo/rewe* que formavam a associação. O padrão de nominar a "província" pelo nome de algum dos *rewes* se repete nos demais parlamentos, havendo algumas diferenças sobre o número de *rewes* que compunham os *ayllarewes*. Outro fator conspícuo é o entendimento subjacente de três instâncias deliberativas: a figura do cacique ou *ulmen* como *cabezas* das comunidades; a preponderância dos *lebos/rewes*, chamadas em castelhano de *parcialidades*, como eixos articuladores da guerra e da paz; e o aspecto de liga ou confederação dos *ayllarewes*, as ditas províncias reche-mapuches. Essa aproximação entre os termos classificatórios hispânicos e as formas propriamente indígenas de associação era fruto de uma autonomia político-territorial mantida e defendida por meio de negociatas e guerras pelos *conas* (guerreiros), *lonkos* (chefe de guerra) e *ulmenes* (homens principais ou caciques) araucanos e suas respectivas comunidades. No entanto, advém notar que as formas de autoidentificação indígenas por vezes acabaram ignoradas ou mal compreendidas pelos conquistadores (ORELLANA RODRÍGUEZ, 1994). As fontes sugerem que os espanhóis visualizaram no *ayllarewe* uma forma preferível de ordenamento quando intentadas negociações com os araucanos, o que pode ter contribuído para que essas agremiações ganhassem uma importância sem precedentes. Tal preferência seria perfeitamente entendível se pensarmos na frustração espanhola de lidar por anos com grupos de poder político disperso que eram constituídos por "[...] unidades sociales auto o multicéfalas, jerarquizadas en función de mecanismos de englobamiento múltiple, determinados por imperativos identitarios, económicos y guerreros de naturaleza indisociable" (BOCCARA, 2005, p. 32). No afã de concretizar uma paz perene na Araucanía, o padre Valdivia, por exemplo, passou a realizar uma série de parlamentos ainda em 1612, dentre os quais o de San Ilifonso de Arauco, com as comunidades dessa "província" que há mais de sessenta anos, a despeito de todos os esforços de conquista, mantinha-se autônoma e "rebelada". Em Arauco, o jesuíta pretendia "[...] hazer el dicho asiento jurídicamente con los yndios de cada provincia y Ayllaregua de las susodichas mandaron primero parecer ante nosotros a todos los caciques de las nueve reguas desta provincia de Arauco [...]" (ZAVALA CEPEDA [ed.], 2015, p. 79). Esse conjunto tríplice de associações sociopolíticas reche-mapuches era utilizado pelos *huincas* hispânicos como instâncias de classificação que permitiam a inteligibilidade de uma realidade colonial que, por vezes, fugia ao interesse espanhol, ou seja, serviam para interpretar e auxiliar no manejo de um mundo indígena que não fora dobrado pela conquista, mas que se moldara às demandas de um estado perene de guerras e enfrentamentos.

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

Essas classificações, claro, não ficaram estanques no período colonial, e categorias associativas indígenas como os *vutanmapus* seriam posteriormente utilizadas de forma assemelhada pelos espanhóis. Todavia, demoraria até que se falasse, como fizeram os espanhóis nas atas do parlamento de Negrete (1783), de uma divisão da terra em quatro *vutanmapus* formados por "nações de índios": "El Objeto de este Parlamento, mas unibersal que quantos hasta aora, se han selebrado por todos mis antesesores, es, reducido a promover, y asegurar tu felicidad y la de todos los Indios, comprendidos en los quatro Butalmapus en que se alla dividida la Tierra"[31] (ZAVALA CEPEDA [ed.], 2015, p. 379), declarava o documento. Ambrósio O'Higgs, então governador do Chile, fazia referência a classificações populacionais relacionados a essas unidades, utilizando-se de termos que ficariam plasmados na historiografia: eram, portanto, *pehuenches*, *huilliches* e *llanistas*, identificados sobretudo a partir da sua localidade geográfica (regionalizada) e da associação política a um determinado cacicado, a partir dos quais faziam a guerra e a paz, em um jogo de relações transandino que perpassava e ultrapassava o mundo espanhol[32] (LEÓN SOLÍS, 1990).

A despeito de uma classificação mais específica e influenciada pelas vicissitudes locais, a categorização do indígena permanecia atrelada a classificações bastante genéricas, dentre as quais, a mais popularizada era a de *indios de Chile*. Ambos os processos caminhavam *pari passu*. A maneira mais genérica e ampla de classificação na América hispânica era o próprio termo *indio*, popularizado pelos primeiros relatos colombianos que traziam, inerentemente, uma preconcepção obtusa e logo invalidada de que o Caribe era a fronte das sonhadas Índias das especiarias, engano que tornou o erro classificatório um padrão de chamamento que abarcava, em sua definição mais ampla, todos os habitantes originários do Novo Mundo. Se *indios* ou *naturales* eram termos de identificação primários, a segunda classificação antropológica dos nativos era sua associação com o espaço geográfico habitado: no caso estudado, o território do *Reino de Chile*. O já citado dom Miguel de Olaverría, o mesmo que mencionou os *ayllarewes*/províncias do Estado de Arauco, fez referência a dois tipos indígenas no Reino do Chile: os que viviam entre o Copiapó e Santiago, submetidos, indolentes, pobres e beberrões, estereótipos que, como notado por Contreras Cruces (2010), foram repetidamente sublinhados pela historiografia como verdades inexoráveis; e os que habitavam entre o Maule e La Imperial, ferozes, robustos, sediciosos e exímios guerreiros, características presentes sobretudo entre os que viviam ao sul de San Bartolomé de Chillán (MEDINA [ed.], 1960, p. 395-396). O informe de Olaverría trazia implícita a concepção de *indio de guerra.* As populações originárias que viviam no Reino do Chile, especialmente as que habitavam ao sul do Biobío, foram desde o início relacionados à guerra e à ferocidade, entendidas como partes da sua natureza. Essa caracterização dos indígenas que viviam de forma autônoma e contrafeita à dominação espanhola levou à identificação dos mesmos como "índios de guerra", "aucas" ou "rebelados", termos esses que oportunizavam uma série de práticas como a "guerra justa" contra suas comunidades, seguida da

[31] *Parlamento de Negrete de 1793*. Sobre essas espacialidades indígenas, suas origens e divisões, ver Zavala Cepeda (2009). Chamavam-se *Pire-vutanmapu*, *Inapire-vutanmapu*, *Ragitun lefün-vutanmapu* e *Lafquen-vutanmapu*.

[32] *Carta del Presidente de Chile, Ambrosio O´Higgins Vallenar, al duque de la Alcudia acompañando testimonio del Parlamento que había celebrado con los indios de aquellas fronteras, Los Angeles, 17 de marzo de 1793* (PARES/AGI, f. 2).

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

escravização e desnaturalização (VALENZUELA MÁRQUEZ, 2023). Em antítese havia os "índios amigos", "reduzidos" ou "de paz" (CONTRERAS CRUCES, 2022; RUIZ-ESQUIDE FIGUEROA, 1993). Os *amigos*, por sua vez, ocupavam um espaço fundamental para a manutenção das forças espanholas na *tierra de guerra*, como dito pelo mestre-de-campo e tratadista Alonso González de Nájera ao ponderar que os aliados nativos "[...] sustentan en la guerra nuestros caballos, son los que fabrican nuestros flertes y barracas, y los que atrinchean y fortalecen nuestros cuarteles [...] Son los más capitales enemigos que tienen los indios rebelados o de guerra" (NÁJERA, [1614] 1889, p. 277). A escravização dos *de guerra* era objeto de debate aberto no começo do século XVII, onde duas vertentes, uma capitaneada pelos padres jesuítas e alguns poucos leigos que vocalizavam contra a escravização banalizada, e outra bem reconhecida na oficialidade, na soldadesca e nos *vecinos* hispano-chilenos, que queriam a continuidade das suas práticas escravistas, disputavam a primazia de verem endereçadas reais cédulas de endosso às suas propostas. Filipe III, em uma provisão régia contra a escravização dos ditos *aucas*, mostrava-se consciente de que

> [...] so color de la guerra que sustentan, los indios que en ella se cogen y toman se dan por esclavos, y como tales se venden publicamente, y a este título y com codicia del interés y granjería que en ello tienen, se traen al puerto de Callao y Ciudad de los Reyes e a otras partes de los mis reinos del Perú [...] ansí hombres como mujeres, chicos y grandes, con nombre de ser de guerra, donde ansimismo se venden y algunos de ellos están herrados y señalados en el rosto [...] (JARA; PINTO [eds.], 1982, p. 247)[33].

A ordenança visava atingir um pujante tráfico de cativos indígenas provindos das guerras meridionais (VALENZUELA MÁRQUEZ, 2019). Tráfico que se avolumou com a irrupção do grande levante (1598), encontrando, agora, na destruição das cidades espanholas, na manutenção das mulheres cativas e na morte de um grande número de ibéricos, argumentos legitimadores para o cativeiro dos chamados *rebelados*. Esses argumentos levaram à legalização da escravização das populações classificadas como *de guerra* pela coroa, que lavrou uma cédula real datada de 26 de maio de 1608, oficializando a decisão, rescindida, entretanto, em 1610, com a instauração da guerra defensiva. Não obstante, essas categorias permaneceram como importantes formas de categorizar as populações indígenas araucanas, estando relacionadas, inclusive, com a noção de província/ayllarewe já tratada. Essas classificações eram de suma importância, como demonstra o parecer favorável do Conselho das Índias à escravização dos *rebelados*, tendo em vista que um dos elementos considerados "positivos" para o Conselho era "Que los indios amigos y de paz serán aliviados del servicio personal y Trabajo [...] pues se suplirá con los esclavos y estarán más desocupados para acudir a la doctrina [...]" (JARA; PINTO [eds.], 1982, p. 253)[34]. As políticas imperiais para essas populações indígenas estavam, portanto, interligadas inexoravelmente com as formas hispânicas de classificá-las, gerando sérias distorções nas formas de lidar com diferentes parcelas do universo indígena. Por exemplo, a *Tasa de Esquilache*, de 28 de março de 1620, que acabava peremptoriamente com os

[33] *Real provisión prohibiendo la esclavitud y la venta de los indios cogidos en la guerra de Chile, 28 de abril de 1605*.
[34] *Recomendación del Consejo de Indias sobre que los indios de Chile puedan ser esclavos, 17 de novimebre de 1607.*

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

chamados *servicios personales* impostos aos indígenas, estabelecia um trato diferente para as províncias *de guerra*: "[...] los indios del estado de Arauco, Tucapel, Catiray y Cuyunchees, que antiguamente, siendo aucaes rebelados, fueron cogidos en la guerra (aunque estén declarados por libres), son encomendables [...]"[35] (JARA; PINTO [eds.], 1982, p. 89), excetuando-se os seus caciques. Intersectavam-se as classificações de *indio de guerra* com a noção de província, concedendo a permanência dos penosos *trabajos personales* para os cativos oriundos dessas localidades que, outrora, fizeram ou ainda mantinham guerra contra a coroa.

Noções genéricas continuaram a pulular. O costume de denominar o indígena como *indio de Chile* permaneceu vivo e usual durante todo o período colonial, sendo o chamativo mais comum nas fontes históricas. Já no XVII, as crônicas jesuíticas denominavam as populações indígenas de *los chilenos*[36]. Formava-se uma classificação territorial balizada pelas demarcações daquele *Reino*. Como notado por Valenzuela Márquez no caso dos *indios de Cuzco* em Santiago, essa prática funcionava, no contexto colonial, como "[...] un mecanismo de identificación que refuerza una identidad en individuos que no tienen entre sí, necesariamente, lazos comunitários originales" (2010, p. 84). Notar-se-á também que, embora a circunscrição político-jurisdicional da governança do Chile começasse no Atacama e se estendesse para leste dos Andes, chegando Valdivia a reivindicar sua extensão até o próprio Estreito de Magalhães[37], como visto pelos relatos supracitados, o espaço costumeiramente associado aos "índios do Chile" era quase sempre a porção das terras que iam do Pacífico à cordilheira andina e dos vales centrais à ilha de Chiloé. Em sua gramática da "língua da terra" (1606), a primeira gramática sistemática do *mapudungun*, o padre Luis de Valdivia comungou linguagem e espaço para caracterizar aquele "povo": "[...] que en todo el Reyno de Chile no ay mas desta lengua que corre desde la ciudad de Coquimbo, y sus términos, hasta las Islas de Chilue, y mas adelante, por espacio casi de quatrocentas leguas, de Norte á Sur, que es la longitude del Reyno de Chile, y desde el pie de la Cordillera grande nevada, hasta la mar, que es el ancho de aquel Reyno [...]" (VALDIVIA, 1684, *Al Lector*). A despeito das pequenas diferenças linguísticas notadas pelo padre, as delimitações geográficas, alinhadas à distribuição espacial dos falantes do *mapudungun*, constituíam-se como fatores de coesão identitária, ao menos no olhar do religioso. Associava-se língua e espaço na construção de um território e, consequentemente, na afirmação de uma identidade para os falantes da "língua da terra", ocupantes originários do Reino do Chile.

O jesuíta Alonso de Ovalle, escrevendo em meados do XVII, exemplifica bem o uso da alteridade para definir o que ele considerava ser uma homogeneidade, os *indios de Chile*, sujeitando-os a uma dupla delimitação. O padre os diferenciava *a priori* dos próprios espanhóis, sendo gente selvagem e gentia, ou seja, de costumes estranhos à sua lógica civilizacional e de religião ou crenças muito diferentes das que saíram do Cristo, após o que o sacerdote passava a traçar as diferenças fundamentais entre os "de Chile" e os outros povos do Novo Mundo, dos quais divergiam sobretudo por conta da sua cultura bélica e pelo espaço

[35] *Tasa y ordenanza para el Reino de Chile hecha por don Francisco de Borja, principe de Esquilache, 28 de marzo de 1620*.
[36] Referimo-nos sobretudo a Ovalle e a Rosales. Nesse último, as primeiras menções acham-se ainda nas *Preliminares*, onde o autor faz referência aos "bárbaros chilenos" e à oposição desses mesmos "chilenos" ao "rei de Perú" (ROSALES, 1877, p. LIV). O termo é especialmente ubíquo em seus livros I e II do volume I do *Flandes Indiano*.
[37] *Al Emperador Carlos V, La Serena, 4 de septiembre de 1545* (MEDINA [ed.],1929, p. 13).

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

peculiar e montanhoso que habitavam, o que os tornava dessemelhantes inclusive dos outrora frondosos impérios do México e do Peru, que, ao contrário dos ditos "chilenos", já haviam sucumbido: "Corren plaça los Indios de Chile a boca de todos los que los conocen, y han escrito de ellos, de los mas valerosos, y mas esforçados guerreros [...] hijos de aquella cordillera, que parece les pega lo crudo, e incontrastable de sus inexpugnables rocas, y asperezas"[38] (OVALLE, 1646, p. 82-83). Na visão de Ovalle, os "chilenos" constituíam-se, como unidade, não somente por sua excepcional destreza bélica, mas por emularem o espaço e natureza que tinham por casa. A alteridade entre indígenas fora novamente ressaltada ao comparar os *indios de Chile* aos *de Cuyo*, que viviam a leste da Cordilheira: diferente dos chilenos, os de Cuyo não tinham a pele tão alva, não eram tão asseados e nem tão curiosos quanto os araucanos. Por fim, aos "cuyos" faltava o espírito guerreiro e o manejo experiente das armas comuns aos chilenos, além de não falarem a mesma língua, embora alguns "cuyos" aprendessem o idioma dos *de Chile* (OVALLE, 1646, p. 101).

Para explicar a faceta arredia desse povo, o jesuíta Diego de Rosales decidira descrevê-los, tal como Ovalle, como singularmente diferentes dos demais ameríndios. Rosales escreveu seu Flandes Indiano (1674) rememorando um século de lutas atrozes. Diferente de Ercilla, que compôs seu poema na época dos primeiros embates, permeado por combates e antagonismos cruentos, Rosales escreveu sob os auspícios de uma relativa paz negociada, mediada pelos Parlamentos hispano-mapuches que se seguiram à grande revolta geral que grassara entre 1655 e 1662. No seu texto, em seu afã de traçar uma origem sui generis para as populações originárias do Chile, Rosales propôs um quadro mítico-explicativo que remontava ao Dilúvio Universal e a uma suposta prévia colonização "espanhola" do Chile. Para isso, ele recorreu ao mito do lendário rei Héspero, que a partir das Hespérides (Cabo Verde) teria enviado uma armada à América, desembarcando-a na costa do Brasil, de onde seus quadros teriam rumado posteriormente em direção ao Chile. Ali, isolados geograficamente, os primitivos espanhóis teriam se tornado os índios que, por providência divina, foram "achados" pelos espanhóis seiscentistas (BARAIBAR, 2016). Essa tentativa do jesuíta de definir uma identidade hispânica para os nativos chilenos surgia como um elogio e um preconceito: a bravura araucana e a resistência à dominação só poderiam ser explicadas por uma ancestralidade ibérica. No *Flandes Indiano*, espaço, cultura e belicosidade se associam para singularizar a identidade dos *indios de Chile*: suas excepcionalidades emergem, escreveu o padre,

> "[...] por estar divididos de los demás por una parte del mar, y otra de unas altissimas Sierras nevadas […] como por ser tan diferentes de todos los demás indios en lenguaje, costumbres y ceremonias, y tan superiores en el esfuerzo y valentía militar y ser Chile el estremo de este nuevo mundo, y el mas estremado terreno, cuyos términos son el famoso Estrecho de Magallanes [...]" (ROSALES, 1877, p. 2).

Consequentemente, tal comportamento indômito não poderia ser entendido como uma virtude engendrada pelos "naturais da terra", mas efeito provindo da terra mesma, que, se

[38] É interessante que o jesuíta use, logo após, a veracidade do poema de Ercilla para atestar a verdade das suas palavras, mostrando a grande perpetuação e influência de *La Araucana* na formação de um imaginário e identidade ligadas à guerra de Arauco e aos povos indígenas a ela relacionados, respectivamente.

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

pela sua dureza gerava algum mérito para o vigor indígena, produziu, na interpretação do jesuíta, o fator endógeno que os singularizava.

Conclusões

As classificações espanholas aplicadas às populações originárias do Chile tiveram diversos usos e provieram de variadas fontes: algumas descendiam de terminologias nativas reinterpretadas pelos hispânicos, outras foram popularizadas por textos artísticos ou cronísticos, e há ainda as que ganharam destaque apenas em uma determinada conjuntura. Seus usos, ademais, foram bastante multifacetados e desvelam, como se propõe a seguir, certas facetas das relações hispano-mapuches.

Fenômenos como a dispersão linguística do *mapudungun*, os contatos prévios do *Tawantinsuyu* com a região e a renhida ocupação espanhola levaram as identificações dos povos indígenas chilenos a cambalearem entre uma generalização superficial (índio ou natural) e uma especificação que, embora contasse com elementos do contexto linguístico-cultural indígena, eram reinterpretados de acordo com os desígnios classificatórios dos conquistadores: logo popularizaram-se ou surgiram termos como *promaucaes*, *aucas* e *araucanos*. Para terminarmos, vale a pena sintetizar certas reflexões desenvolvidas no decorrer deste trabalho: *(i)* as formas hispânicas de identificação (exógenas) dos povos do Novo Mundo eram multifacetadas e estavam voltadas a diversos aspectos, desde traços fenotípicos a elementos políticos e culturais, sendo especialmente ligadas à territorialidade de uma determinada comunidade e tendo papel fundamental nos âmbitos jurídico, bélico, religioso e social, servindo como elementos de inclusão/exclusão, delimitação, legitimação etc.; *(ii)* essas classificações comumente serviam de argamassa para a formação de identidades exógenas de aspecto essencialista, ou seja, usadas para definir determinadas populações em torno de um conjunto inteligível de fatores marcados simbolicamente e discursivamente; *(iii)* o *modus operandi* espanhol de categorizar grupos humanos estava inserido nas dinâmicas políticas de um império compósito e nas tramas do pensamento cultural da Europa de então; *(iv)* muitas dessas classificações, a despeito de serem produzidas dentro de um contexto colonial de tensionamentos, seriam posteriormente incorporadas pelo pensamento indígena e ressignificadas em formas bem particulares de identificação político-cultural, dando vazão a um processo de etnogênese que, em si, funcionou também como um elemento de resistência, como atestado no caso do povo mapuche[39]; *(v)* no Chile, a forma primária mais usual de identificação dos povos indígenas foi sempre o termo *indio*, seguido da delimitação geográfica (*indio de Chile*) e da especificação populacional, geralmente ligada a um topônimo ou a uma chefatura, não raro baseando-se em divisões territoriais com alguma relação com suas formas autóctones (como os *ayllarewe*, chamados de “províncias”); (*vi*) a prevalência que o termo *provincia* tem nas fontes e a sua interligação ao *ayllarewe* mostram que a autonomia conquistada pelos reche-mapuches na Araucanía influenciou as categorias que os hispânicos utilizavam para pensar, nominar e interpretar esse mundo indígena; *(vii)* por fim, sugere-se que novos estudos sobre formas de

[39] “[...] lejos de haber desaparecido a través de una mecánica de la aculturación impuesta, los grupos nativos entraron en una dinámica de reestructuración y de redefinición de su identidad, cuya expresión más notable fue la emergencia de una nueva identidad y entidad étnica (los mapuche) mediante un largo proceso de etnogénesis” (BOCCARA, 1999, p. 3).

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

classificação em outros contextos coloniais podem ampliar a visão sobre as dinâmicas espanholas e mesmo europeias de categorização humana e espacial durante seus séculos de dominação sobre o Novo Mundo.

Referências

Fontes

ACOSTA, José de. *Historia Natural y Moral de las Indias.* Madrid: Ramón Anglés, 1894.

BARROS ARANA, Diego (ed.). *Purén Indómito.* Poema por el capitán Fernando Álvarez de Toledo. Leipzig: Franck-Verdags-Buchnanlung (Imp. de Bar & Hermann), 1862.

BIBAR, Gerónimo de. *Crónica y Relación Copiosa y Verdadera de los Reynos de Chile*. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico José Toribio Medina, 1966.

ERCILLA, Alonso de. *La Araucana*. Santiago de Chile: Pehuén Editores, 2001.

GÓNGORA MARMOLEJO, Alonso de. *Historia de Chile desde su descubrimiento hasta el año de 1575.* In: COLECCIÓN de Historiadores de Chile y Documentos Relativos a la Historia Nacional. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, 1862. t. 2.

GONZÁLEZ DE NÁJERA, Alonso. *Desengaño y Reparo de la Guerra del Reino de Chile.* Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 1889.

JARA, Álvaro e PINTO, Sonia (org.). *Fuentes Para la Historia del Trabajo en Reino de Chile, 1546-1810.* Volumen 1. Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 1982.

JARA, Álvaro; MELLAFE, Rolando (org.). *Fuentes para el estudio de la Colonia:* protocolo de los escribanos de Santiago, 1559 y 1564-1566. Tomo 1. Santiago de Chile: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1996.

MARIÑO DE LOBERA, Pedro de. *Crónica del Reino de Chile.* In: Colección de Historiadores de Chile y Documentos Relativos a la Historia Nacional. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, 1865. t. VI.

MEDINA, José Toribio (ed.). *Cartas de Pedro de Valdivia que tratan de descubrimiento y conquista de Chile*. Sevilla: Estabelecimento Topográfico de M. Carmona Velásquez, 1929.

MEDINA, José Toribio (ed.). *Colección de documentos inéditos para la historia de Chile, desde el viaje de Magallanes hasta la batalla de Maipo*. Tomo XXIX. Santiago de Chile: Imprenta Elzeviriana, 1901.

MEDINA, José Toribio (ed.). *Colección de documentos inéditos para la historia de Chile, desde el viaje de Magallanes hasta la batalla de Maipo*. Tomo XV. Santiago de Chile: Imprenta Elzeviriana, 1898.

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

MEDINA, José Toribio *et al* (ed.). *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de Chile.* Segunda Serie. Tomo I. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico J. T. Medina, 1956.

MEDINA, José Toribio *et al* (ed.). *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de Chile.* Segunda Serie. Tomo IV. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico J. T. Medina, 1960.

MEDINA, José Toribio *et al* (ed.). *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de Chile.* Segunda Serie. Tomo VII. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico J. T. Medina, 1982.

OVALLE, Alonso de. *Histórica Relación del Reyno de Chile*. Roma: Francisco Caballo, 1646.

OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo Fernández de. *Historia General y Natural de las Indias, Islas y Tierra-Firme del Mar Océano.* Madrid: Imprenta de la Real Academia de la Historia, 1851.

PARES-AGI. Portal de Archivos Españoles, Archivo General de Indias, Estado (ES.41091.AGI/20//ESTADO,85,N.3), f. 2. *Carta del Presidente de Chile, Ambrosio O´Higgins Vallenar, al duque de la Alcudia acompañando testimonio del Parlamento que había celebrado con los indios de aquellas fronteras, Los Angeles, 17 de marzo de 1793.* <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/67644?nm>. Acesso em: 31 jul. 2025.

PARES-AGI. Portal de Archivos Españoles, Archivo General de Indias, Patronato Real (ES.41091.AGI//PATRONATO,229,R.18), f. 1. *Padre Luis de Valdivia: estado de la guerra de Chile, Fuerte de Buena Esperanza, 20 de febrero de 1613.* <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126195?nm>. Acesso em: 28 jul. 2025.

ROSALES, Diego de. *Historia General del Reino de Chile*. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, t. I, 1877.

SOLANO, Francisco de (ed.). *Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geográficas de Indias (Siglos XVI/XIX)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1988.

VALDIVIA, Luis de. *Arte, y Gramatica General de la Lengua que corre en todo el Reyno de Chile, con un Vocabulario, y Confessonario:* Compuestos por el Padre Luis de Valdivia, de la Compañia de Jesus, en la Provincia del Perú. Sevilla: Thomás Lopez de Haro, 1684.

ZAVALA CEPEDA, José Manuel (ed.). *Los Parlamentos hispano-mapuches, 1593-1803*: textos fundamentales. Temuco: Universidad Católica de Temuco, 2015.

Bibliografia

BARAIBAR, Álvaro. La construcción del discurso sobre el origen de los indígenas americanos en la Historia general del reino de Chile de Diego de Rosales. *Historia*, Santiago de Chile, v. 49, n.1, p.11-25, 2016.

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

BARRERA-OSORIO, Antonio. *Experiencing Nature*: The Spanish American Empire and the early Scientific Revolution. Austin: University of Texas Press, 2006.

BARROS ARANA, Diego. *Historia General de Chile*. Tomo I. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 1999.

BENGOA, José. *Historia de los Antiguos Mapuches del Sur***.** Desde antes de la llegada de los españoles hasta las paces de Quilín. Santiago de Chile: Catalonia, 2003.

BOCCARA, Guillaume. El poder creador: tipos de poder y estrategias de sujeción en la frontera sur de Chile en la época colonial (De la guerra a la pacificación en Araucanía). *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilla, v. 56, n. 1, p. 65-94, 1999.

BOCCARA, Guillaume. Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas: repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel. *Memoria Americana*: Cuadernos de Etnohistoria, n. 13, p. 21-52, 2005.

BOCCARA, Guillaume. *Los Vencedores***.** Historia del Pueblo Mapuche en la Época Colonial. San Pedro de Atacama: Línea Editorial IIAM, Ocho Libros Editores LTDA, 2009.

BOCCARA, Guillaume. Notas acerca de los dispositivos de poder en la sociedad colonial-fronteriza, la resistencia y la transculturación de los reche-mapuche del centro-sur de Chile (XVI-XVIII). *Revista de Indias*, v. LVI, n. 208, p. 659-695, 1996.

BOCCARA, Guillaume. Poder Colonial e Etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche na era colonial*. Tempo*, Niterói, v.12, n.23, p. 56-72, 2007.

BONFIL BATALLA, Guillermo. O conceito de índio na América: uma categoría da situação colonial. *Espaço Ameríndio*, v. 17, n. 3, p. 1-18, 2023.

BREWER-CARÍAS, Allan R. Las provincias coloniales y la organización territorial del Estado venezolano. *Revista de Derecho Público*, Caracas, n. 51, p. 5-30, jul./sept. 1992.

CARNEIRO, Sarisas. “La *Crónica* de Jerónimo de Vivar y el sujeto colonial”. *Revista Chilena de Literatura*, n. 73, p. 31-55, 2008.

CASANOVA GUARDA, Holdenis. *Las rebeliones araucanas del siglo XVIII*. Temuco: Ediciones Universidad de La Frontera, 1987.

CONTRERAS CRUCES, Hugo. *Oro, tierras e indios***.** Encomienda y servicio personal entre las comunidades indígenas de Chile Central, 1541-1580. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2017.

CONTRERAS CRUCES, Hugo. *Soldados, soldadesca e indios amigos en la frontera*: Chile, siglo XVII. Santiago: Ediciones del Despoblado, 2022.

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

CONTRERAS CRUCES, Hugo. Discontinuidad territorial y complementariedad ecológica indígena en la cuenca del río Mapocho durante los primeros años de la ocupación castellana. *Revista Tiempo Histórico*, Santiago de Chile, v. 10, n. 18, p. 123-145, enero-junio 2019.

CONTRERAS CRUCES, Hugo. Los conquistadores y la construcción de la imagen del "indio" en Chile Central. In: ARAYA ESPINOZA, Alejandra; VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime (eds.). *América colonial*: denominaciones, clasificaciones e identidades. Santiago: RIL editores, 2010. p. 49-79.

CONTRERAS PAINEMAL, Carlos. *Los Tratados celebrados por los Mapuche con la Corona Española, la República de Chile y la República de Argentina.* Santiago de Chile: Freien Universität Berlin, 2010.

DÍAZ BLANCO, José Manuel. *Razón de Estado y Buen Gobierno*: La Guerra Defensiva y el imperialismo español en tiempos de Felipe III. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2010.

ELLIOTT, John H. A Europe of Composite Monarchies. *Past & Present*, n. 137, p. 48-71, 1992.

GÁNDARA, Natalia. Representaciones de un territorio: La frontera mapuche en los proyectos ilustrados del Reino de Chile en la segunda mitad del siglo XVIII. *Historia Crítica*, n. 59, p. 61-80, 2016.

GERBI, Antonello. *La Naturaleza de las Indias Nuevas*: De Cristóbal Colón a Gonzalo Fernández de Oviedo. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

GIUDICELLI, Christophe. Encasillar la frontera: clasificaciones coloniales y disciplinamiento del espacio en área diaguita-calchaquí (XVI-XVII). *Anuario IEHS*, Buenos Aires, n. 22, p. 161-211, 2007.

GLOËL, Matthias. La formación de la monarquía hispánica como monarquía compuesta. *Revista Chilena de Estudios Medievales*, Santiago de Chile, n. 6, p. 11-28, 2014.

GOICOVICH VIDELA, Francis. La Etapa de la Conquista (1536-1598): origen y desarrollo del 'Estado Indómito'. *Cuadernos de Historia***,** Santiago de Chile, n. 22, p. 53-110, 2002.

GOICOVICH VIDELA, Francis. Alianzas geoétnicas en la segunda rebelión general: génesis y dinâmicas de los vutanmapus en el alzamiento de 1598. *Historia*, Santiago de Chile, v. 1, n. 39, p. 93-154, 2006.

GOICOVICH VIDELA, Francis. Entre la conquista y la consolidación fronteriza: dispositivos de poder hispánico en los bosques meridionales del Reino de Chile durante la etapa de transición (1598-1683). *Historia***,** Santiago de Chile, v. II, n. 40, p. 311-332, jul./dic. 2007.

GONZÁLEZ VARGAS, Carlos; ROSATI AGUERRE, Hugo. "Métodos y formas de resistencia indígena en la crónica de Gerónimo de Bibar". *Diálogo Andino*, n. 38, p. 45-73, 2011.

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

HARTOG, François. *El Espejo de Heródoto*: Ensayo sobre la representación del otro. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

HUIDOBRO SALAZAR, María Gabriela. El territorio de Chile en la poesía épica del siglo XVI: un imaginario sobre los desafíos de la conquista de Arauco. *Alpha: revista de artes, letras y filosofía*, n. 47, p. 31-46, 2018.

HUIDOBRO, María Gabriela. *El imaginario de la guerra de Arauco*: mundo épico y tradición clásica. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica y Universidad Andrés Bello, 2017.

KIENING, Christian. *O sujeito selvagem*: pequena poética do Novo Mundo. São Paulo: EDUSP, 2015.

LEÓN SOLÍS, Leonardo. *Maloqueros y Conchavadores en Araucanía y las Pampas, 1700-1800*. Temuco: Ediciones Universidad de La Frontera, 1990.

LORANDI, Ana María. Mitayos y Mitmaqkunas en el Tawantinsuyu Meridional. *Histórica*, Lima, vol. II, n. 1, p. 3-50, 1983.

LORANDI, Ana María. *Ni Ley, ni Rey, ni Hombre Virtuoso*: Guerra y Sociedad en Virreynato del Perú, Siglos XVI y XVII. Barcelona: Gedisa Editorial, 2002.

MANRÍQUEZ, Viviana. Purum Aucca, «promaucaes»: de significados, identidades y etnocategorías. chile central, siglos XVI-XVIII*. Boletín de Arqueología PUCP*, Lima, n. 6, p. 337-354, 2002.

MARTÍNEZ C., José Luis; GALLARDO P., Viviana; MARTÍNEZ B., Nelson. Construyendo identidades desde el poder: los indios en los discursos republicanos de inícios del siglo XIX. *In*: BOCCARA, Guillaume (ed.). *Colonización, resistencia y mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX)*. Quito: Abya-Yala, 2002.

MARTÍNEZ DIÉZ, Gonzalo. Génesis histórica de las provincias españolas. *Anuario de Historia del Derecho Español*, Madrid, p. 523-593, 1981.

NIETO OLARTE, Mauricio. Ciencia, imperio, modernidad y eurocentrismo: el mundo Atlántico del siglo XVI y la compreensão del Nuevo Mundo. *Historia Crítica*, n. 39E, 2009.

O'GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

PORTUONDO, Maria. *Secret Science*: Spanish cosmography and the New World. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

RAMÍREZ ZAVALA, Ana Luz. Indio/indígena, 1750-1850. *Historia Mexicana*, v. LX, n. 3, p. 1643-1681, 2011.

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

RODRIGUES, Erick Matheus Bezerra Mendonça. *La tierra de guerra*: conquistas, resistências e formação de espaços nos conflitos hispano-mapuches (Reino do Chile, 1541-1626). 2023. 442 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

RUIZ-ESQUIDE FIGUEROA, Andrea. *Los indios amigos en la frontera Araucanía*. Santiago de Chile: DIBAM, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 1993.

SILVA GALDAMES, Osvaldo. ¿Detuvo la Batalla del Maule la expansión inca hacia el sur de Chile? *Cuadernos de Historia,* n. 3, p. 7-25, 1983.

SILVA GALDAMES, Osvaldo. “Alianzas bélicas y divisiones territoriales mapuches entre los siglos XVI y XVIII”. *Cuadernos de Historia***,** n. 24, p. 31-65, 2005.

SILVA GALDAMES, Osvaldo. “Hombres fuertes y liderazgo en las sociedades segmentarias: un estudio de casos”. *Cuadernos de Historia*, Santiago de Chile, n.º 15, p. 49-64, 1995.

STEHBERG, Ruben L. La Fortaleza de Chena y su relación con la ocupación incaica de Chile central. *Museo Nacional de Historia Natural*, Santiago, n. 23, p. 3-37, 1976.

TÉLLEZ LÚGARO, E. De Incas, Picones y Promaucaes. El derrumbre de la frontera salvaje en el confín austral del Collasuyo. *Cuadernos de Historia*, n. 10, p. 69-86, 1990.

URIBE, M. e SÁNCHEZ, R. Los Incas en Chile. Aportes de la arqueología chilena a la historia del Tawantinsuyu. In: FALABELLA, Fernanda *et al* (ed.). *Prehistoria en Chile*. Desde sus primeros habitantes hasta los Incas. Editorial Universitaria, 2016.

VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. *Aucaes* desterrados a la ciudad: Esclavitud y resiliencia indígena en Santiago de Chile (siglo XVII). *Revista Complutense de Historia de América*, Madrid, n. 49, p. 113-144, 2023.

VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. Inmigrantes en busca de identidad: los indios *cuzco* de Santiago de Chile, entre clasificación colonial y estrategia social. *In*: ARAYA ESPINOZA, Alejandra; VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime (ed.). *América Colonial*: denominaciones, clasificaciones e identidades. Santiago: RIL editores, 2010.

VALENZUELA MARQUEZ, Jaime. Los indios cautivos en la frontera de guerra chilena: entre la abolición de la esclavitud y la recomposición de la servidumbre esclavista. *In*: ALVEAL, Carmen; DIAS, Thiago (ed.). *Espaços Coloniais*: domínios, poderes e representações. São Paulo: Alameda, 2019. p. 229-262.

VELLOSO, Gustavo. *Os Nós da Flecha. Crise e sublevação na fronteira meridional do Império espanhol (Chile, 1655-1662)*. 2023. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

VENEGAS ESPINOZA, Fernando. *De Tralca-Mawida a Santa Juana*: Despliegue Histórico de una Localidad en la Frontera del Biobío (1550-1980). Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso, 2014.

VILLALOBOS, Sergio *et al*. *Relaciones Fronterizas en la Araucanía*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1982.

VILLALOBOS, Sergio. *Vida Fronteriza en la Araucana*: El mito de la guerra de Arauco. Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 1995.

ZAPATER EQUIOIZ, H. Los Incas y la Conquista de Chile. *Revista de Historia***,** Santiago de Chile, v. I, n. 16, p. 249-268, 1981.

ZAVALA CEPEDA, José Manuel; DILLEHAY, Tom D. El "Estado De Arauco" Frente a la Conquista Española: Estructuración Sociopolítica y Ritual de los Araucano-mapuches en los Valles Nahuelbutanos Durante Los Siglos XVI Y XVII. *Chungara: Revista de Antropología Chilena*, Arica, v. 42, n. 2, p. 433-450, 2010.

ZAVALA CEPEDA, José Manuel. *Los mapuches del siglo XVIII*. Dinámicas interétnicas y estrategias de resistencia. Temuco: Ediciones Universidad Católica de Temuco, 2009.

Notas de autoria

Erick Rodrigues é professor do Magistério Superior no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS), Centro de Formação de Professores (CFP). É doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail para contato: erickrodrigues.br@outlook.com

Como citar este artigo:

RODRIGUES, Erick. *Promaucae, araucano, reche*: classificações hispânicas de populações indígenas durante as guerras de conquista do Chile (XVI-XVII). *Sæculum – Revista de História*, v. 31, p. 1-30, 2026.

Contribuição de autoria:

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em: 11/07/2026
Reapresentado em: 07/10/2026
Aprovado em: 14/11/2026

Esta obra está licenciada sob uma Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional